

Ano XX nº 6057 – 22 de maio de 2019

Capitalização do Guedes dá R\$ 3 tri aos bancos em 35 anos

Aposentadoria por Capitalização



Estudo da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Associação Nacional (UNAFISCO) apresentado nesta segunda-feira (20) na Comissão de Direitos Humanos (CDH) mostra que o regime de capitalização proposta pelo governo Bolsonaro no âmbito da reforma da Previdência (PEC 6/2019) abre a possibilidade de o trabalhador receber menos de um salário mínimo mensal como aposentadoria.

De acordo com a proposta do governo, um trabalhador precisará contribuir com o sistema por 40 anos para ter direito a receber o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Simulações realizadas pela Unafisco baseadas nas regras exigidas pela PEC e apresentadas por Mauro José Silva, diretor de defesa profissional e assuntos técnicos da UNAFISCO, mostram que após 40 anos de contribuição no regime de capitalização, com a dedução do banco após o período de investimento, o trabalhador receberá aproximadamente um quarto do valor investido.

“Eu não estou dizendo que no Chile é assim. Estou dizendo que a matemática financeira é assim. É isso que vai acontecer. Você vai contribuir com um valor e vai receber um quarto desse valor como aposentadoria, qualquer que seja o valor dentro do limite da tabela do Regime Geral de Previdência Social”.

Assim, o benefício recebido pelo aposentado pode ser inferior a um salário mínimo mensal. “(O regime de capitalização) sem participação do empregador e com a participação da instituição financeira é um fracasso. É condenar o trabalhador a viver na miséria”, disse Mauro.

Ele ainda alertou para o fato de a proposta de reforma da Previdência do governo prever apenas o pagamento de aposentadorias com base na expectativa de sobrevida média calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nela, um trabalhador que se aposentar aos 65 anos de idade viveria até os 84 anos.

Segundo Mauro, a PEC 6 não prevê cobertura para uma sobrevida maior e nem pensão por morte, por exemplo. Assim, o aposentado que viver além dos 84 anos poderá ficar sem recursos a receber pelo regime de capitalização.

Em meio à crise, quatro grandes bancos lucram R\$ 20,85 bilhões

Em meio à recessão econômica que se instaurou no país nos últimos cinco meses, com aumento do desemprego, crescimento da desigualdade social, retração na projeção do PIB e sequências de alta nos preços do dólar e do combustível, os bancos permanecem lucrando. Só no primeiro trimestre de 2019, os lucros dos quatro grandes bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander), juntos, somaram R\$ 20,85 bilhões, um crescimento médio de 19,8% em doze meses. A rentabilidade varia entre 16,8% (do Banco do Brasil) e 23,6% (Itaú).



Os bancos seguem ganhando com a prestação de serviços e a cobrança de tarifas e, apenas no 1º trimestre de 2019, os quatro bancos já arrecadaram, aproximadamente, R\$ 27,2 bilhões nesse item. Essa receita secundária cobre com folga as despesas de pessoal dessas instituições, incluindo-se, o pagamento da PLR. A cobertura das despesas de pessoal pela receita de prestação de serviços e tarifas variou entre 118,0% (no BB) e 195% (no Santander).

As apostas e os investimentos dos bancos seguem no sentido da priorização pelo atendimento digital. Agências digitais, agências-café (com outros espaços e serviços no mesmo ambiente do atendimento bancário – o que nos traz grandes preocupações quanto a segurança desses ambientes; além da condição de trabalho/saúde desses bancários), aplicativos para smartphones, inteligência artificial, entre outros.